INSTITUIÇÕES E O CONTROLE DO ESPAÇO: UM OLHAR DA GEOGRAFIA

Rita Alcântara Domingues
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Instituições e o controle do espaço: um olhar da geografia (Resumo)

É possível observar um padrão institucional no planejamento regional no Nordeste brasileiro associado ao controle do espaço. Algumas questões metodológicas e instrumentos teóricos respaldam a análise. Fez-se pesquisa bibliográfica, para a investigação teórica e conceitual sobre a abordagem institucional e sua relação com a geografia. No arcabouço teórico, destaca-se o pensamento de Veblen (1965) e Douglass North (1993) sobre a economia institucionalista, resgatando conceitos como: instituições, organizações, direito de propriedade, custos de transações, *performance* econômica e sua apropriação pela ciência geográfica. O trabalho se pauta no reconhecimento de que a perspectiva teórica adotada abre uma possibilidade de análise e de compreensão do controle do espaço, da dinâmica de longo prazo, das contradições e dos ajustes necessários a toda mudança de caráter estrutural. Conclui que é pertinente considerar a inclusão da abordagem institucionalista nos estudos geográficos como alternativa ao entendimento da configuração e construção do Estado, no que se refere ao controle do espaço.

Palavras-chave: Instituições; Controle do espaço; Geografia; Planejamento regional; Guerra fiscal.

Institutions and the control of space: a view of geography (Abstract)

It is possible to observe an institutional pattern in regional planning in the Brazilian Northeast associated with the control of space. Some methodological issues and theoretical tools advocated a review. A bibliography search to the theoretical and conceptual research on the institutional approach and its relationship to geography. In the theoretical framework, we highlight the thought of Veblen (1965) and Douglass North (1993) on the institutionalist economics, rescuing concepts such as institutions, organizations, property rights, transaction costs, economic performance and its

appropriation by geographical science. The work is guided in the recognition that the theoretical perspective adopted opens a possibility of analysis and understanding of space control, the dynamics of long-term , the contradictions and the need to change the whole character of structural adjustment. Concludes that it is appropriate to consider the inclusion of the institutionalist approach in geographical studies as an alternative to the understanding of the configuration and construction of the State in regard to the control of space.

Key words: Institutions, control of space, Geography, regional planning; fiscal war.

É possível pensar o espaço por meio de vários prismas, como o econômico, o político, o social, o mercado de trabalho etc. Apesar da existência de textos e teorias mais recentes sobre essas questões, tais como os que abordam a governança ou *governance*, optamos por pensar a construção e configuração do Estado no controle do espaço, baseando-nos em exemplos do exercício de poder na realidade do Nordeste brasileiro, a partir da abordagem institucionalista e de forma multidisciplinar, discutindo conceitos como instituições, organizações, direito de propriedade, custos de transações e *performance* econômica.

A incorporação da perspectiva institucional na geografia econômica é relativamente recente, e talvez por isso tal discussão encontre-se na periferia dessa ciência. Todavia, Martin[1] aponta que, a partir da década de 1990, houve o reconhecimento de que a evolução da paisagem econômica não pode ser compreendida sem atenção especial às diversas instituições das quais ela depende. Ainda, segundo o autor, a perspectiva institucional na geografia sofreu forte influência dos trabalhos de North e Williamson.

Para tanto, consideramos uma nova possibilidade de interpretação, associando o ambiente institucional à geografia econômica e sua interação com a dinâmica econômica, política, social e o papel do Estado, mediante as políticas voltadas para o desenvolvimento regional.

O controle do espaço aparece com perfis diferentes nos dois momentos históricos aqui enfocados. O primeiro momento refere-se à política do planejamento regional brasileiro, que seguia o modelo do keynesianismo, o qual tinha o Estado – a União – como condutor do processo econômico, traçando o perfil para cada região, e, para o semiárido brasileiro, tendo o uso da água como elemento fundamental da estratégia de planejamento. O segundo momento é mais recente, fundamentado no modelo neoliberal, com o Estado mínimo e a predominância da política de guerra fiscal entre os lugares, na busca de inserção no caminho do capital latente. Neste momento, faremos o diálogo entre a teoria e a realidade, usando o exemplo do Complexo Industrial e Portuário de Suape – no Estado de Pernambuco, Brasil –, que vivencia um grande movimento econômico, com a implantação de empresas de grande e médio porte, atraídas por incentivos governamentais.

[1] Martin, 2000, p. 79.

Foram várias as fases das políticas públicas para o Nordeste/semiárido brasileiro, apoiadas por instituições formais. Dentre elas, estão: a de soluções hidráulicas, a de planejamento regional com a Sudene e, mais recentemente, a guerra fiscal.

É possível observar um padrão institucional no planejamento regional do Semiárido brasileiro, associado ao uso dos recursos hídricos. Três usos refletem de modo claro esse padrão e controle do espaço: a geração de energia elétrica, com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf); a irrigação, com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf); e, na atualidade, a transposição de águas do rio São Francisco[2]. Mais recentemente, tem-se o Estado com atuação mínima na economia e predomina a guerra fiscal entre os lugares.

Croqui 1. Brasil e Macrorregiões Econômicas[3]

Fonte: IBGE, 1967.

A cada uso corresponde uma organização com lógicas de atuação diferenciadas, que, apesar de individualizadas, misturam-se, caminham paralelamente, tocando-se em vários momentos. Nesse sentido, concordamos com Stalin[4] no que se refere ao entendimento do espaço, pois admite não ser possível compreender o território, encarando-se os elementos isoladamente, fora dos fenômenos circundantes.

[2] O projeto de transposição de parte das águas do rio São Francisco vem sendo apresentado como alternativa para reduzir a oferta desigual de água na região sertaneja (BRASIL, Eia/Rima, 2004, p.25). Sua primeira etapa prevê a construção de gigantescas tubulações e canais, num percurso de 1440km de extensão, cujo objetivo, segundo o governo, é dar segurança hídrica a uma população de 12 milhões de pessoas e irrigar o sertão dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte (Eixo Norte – 402km, transportando 45,2m^3/s) e Pernambuco e Paraíba (Eixo Leste – 220km), seguindo até o rio Paraíba, no Estado da Paraíba, transportando, em média, 18,3m^3/s de água.

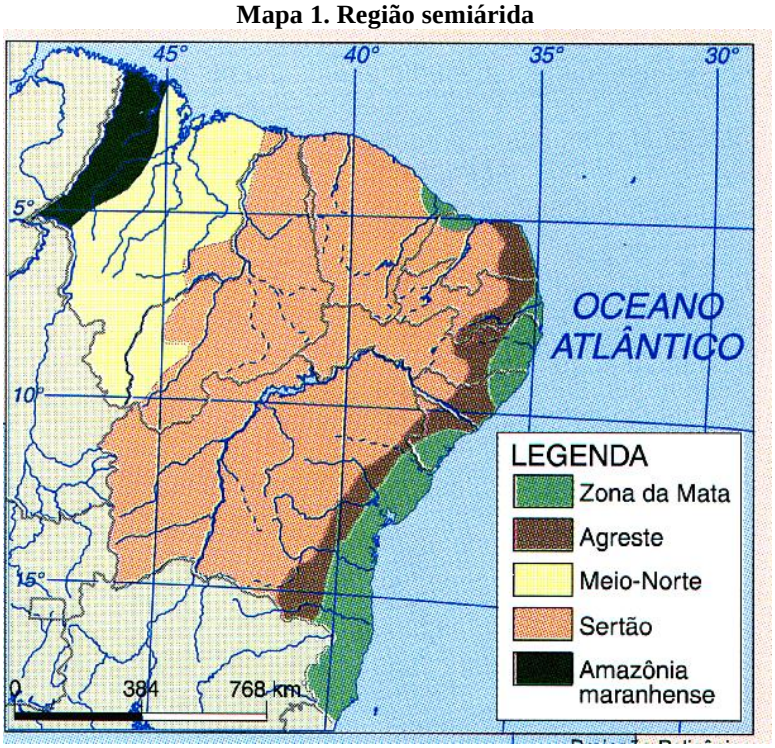
[3] Essa regionalização do país privilegia a realidade socioeconômica e admite a existência de três regiões: Amazônia, Nordeste e Centro-Sul. Contudo, essa divisão não é oficial.

[4] *apud* Lakatos e Marconi, 2000.

Seguindo essa perspectiva, é possível perceber a proximidade que existe entre a abordagem institucionalista e a geografia. Para trabalhar a questão, faremos uso de conceitos dessa corrente de pensamento e, paralelamente, procuraremos explicar o processo de organização de uma região subdesenvolvida, o Nordeste/sertão semiárido brasileiro (Croqui 1 e Mapa 1).

Esses aspectos citados e outros mais contribuem, sem dúvida, para a compreensão dos elementos e forças que atuam no território. Concordamos com Veblen[5], quando aponta a importância de considerar as instituições como possíveis agentes estruturadores e de transformação, por meio da adoção de políticas públicas capazes de definir usos e base material do território. O valor desses elementos é ressaltado quando North[6] admite que a chave do crescimento econômico e social estável e sustentável não está, apenas, na manipulação de variáveis macroeconômicas, e sim nas relações entre indivíduos em sua atividade cotidiana, no interior das empresas e no aparato do Estado[7].

Mapa 1. Região semiárida



Fonte: Vasconcelos e Alves Filho, 1999.

Nas ideias de North[8], a atuação do Estado tem importância central. Isso é percebido, à medida que o Estado define e cuida do *enforcement* da base legal de uma sociedade, responde diretamente pela manutenção e formação de suas regras formais, para o controle dos recursos e ordenamento do território.

Nesse sentido, o objetivo do artigo é aprofundar o entendimento sobre a abordagem institucional, observando sua proximidade e incorporação à geografia econômica, para a análise e compreensão do exercício de poder no ordenamento territorial. A questão que

[5] Veblen,1965.
[6] North, 1993.
[7] Kalmanovitz, 2003.
[8] North,1981, p.21.

norteia este trabalho é: Em que medida o uso da abordagem institucional pela geografia abre possibilidade de análise e de compreensão da construção e configuração do Estado no controle do espaço?

Algumas questões metodológicas e instrumentos teóricos respaldam a análise. Recebe destaque, nessa reflexão, o arcabouço teórico desenvolvido pelos economistas Veblen e North, a respeito da economia institucionalista. O artigo está fundamentado em uma análise crítica do método histórico-crítico, e parte da premissa de que tanto a realidade quanto as instituições, além de não serem estáticas, são contraditórias e dialéticas. Para tanto, fez-se pesquisa bibliográfica para investigação teórica e conceitual sobre a abordagem institucional e sua relação com geografia, bem como pesquisa de campo para fins de levantamento de dados empíricos, observação e entendimento do espaço.

O trabalho está organizado em três etapas. A primeira parte expõe uma visão geral sobre o tema tratado; a segunda está centrada na reflexão teórica associada à visão geral da atuação do Estado no planejamento regional do Nordeste brasileiro; e então se apresentam os principais resultados.

Reflexão teórica: teoria e realidade

Velho institucionalismo

O presente artigo discute alguns pontos das bases conceituais da economia institucionalista, cujas origens estão associadas aos trabalhos de Thorstein Veblen[9], para, em seguida, apresentar contribuições mais recentes da Nova Economia Institucional (NEI), vinculadas, principalmente, às concepções de Douglass North[10]. Conceitos serão trabalhados, procurando-se, sempre que possível, ilustrá-los com exemplos.

Nas bases da economia institucional, estão conceitos como instituições e organizações, custos de transações e eficiência adaptativa. A perspectiva institucional de Veblen tem sua origem na escola histórica alemã do século XIX, que utilizava conceitos procedentes da psicologia e do evolucionismo darwinista e criticava a exclusão das instituições do núcleo da economia. Veblen é considerado o fundador da escola americana, ao lado de Commons e Mitchell. Essa corrente de pensamento é identificada por sua perspectiva historicista.

O conceito-chave dessa teoria está na própria concepção de instituição como conjunto de ideias, modos de pensar compartilhados, passíveis de ser identificados e mutáveis no tempo e no espaço. A instituição define-se como uma forma de conceber a organização da vida em comum. Desse modo, as instituições são vistas como ordenadoras das ações políticas derivadas do planejamento do Estado, e fazem parte do processo que antecede o ordenamento territorial.

Essa teoria apresenta uma visão histórica e evolutiva do processo de transformação econômica e social, e adota como ponto de partida da análise a sociedade com seus comportamentos. Atribui grande importância ao poder e ressalta o papel do Estado,

[9] Thorstein Veblen,1898, 1965.
[10] Douglass North, 1993.

destacando os sistemas ideológicos e de poder expressos nas esferas política e governamental, como variáveis que determinam a evolução do processo de desenvolvimento. Há um diálogo entre o quadro regional nordestino e o entendimento institucionalista de Veblen, conforme será discutido a seguir.

Estabelecendo o diálogo com a teoria, o uso da água no semiárido nordestino adquire tamanha importância, que o Estado assume seu controle, por meio de instituições formais e políticas públicas capazes de direcionar a estratégia para fundamentar a base de uso do território em questão. Desse controle, consideramos que em regiões de relativa escassez hídrica, como o semiárido nordestino, a existência de um manancial do porte e extensão do rio São Francisco extrapola os limites de um acidente geográfico e de um bem público isolado, para se converter numa matriz de possibilidades estratégicas, controladas pelo Estado, da qual depende toda a população.

Adentrando a análise, faremos uma retrospectiva histórica da especificidade do uso da água no semiárido brasileiro, procurando sempre que possível estabelecer o diálogo com a perspectiva institucional.

Do ponto de vista da intervenção do Estado brasileiro com políticas públicas para a região semiárida, entre 1909 e 1945, a preocupação do governo federal com o Nordeste estava ligada, basicamente, à acumulação de água com vistas às soluções hidráulicas[11]. Depois, as mudanças na economia impuseram novos usos para as águas do rio São Francisco, dentre eles, a geração de energia hidrelétrica[12]. Para atingir tal objetivo, foi criada, em 1945, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). Ligada à presidência da República, era dotada de flexibilidade na gestão de seus recursos e na adoção de soluções técnicas para geração de energia elétrica para fins econômicos e abastecimento dos principais centros urbanos. Havia, portanto, o envolvimento direto do Estado nesse campo.

Contudo, atrás dessa ação havia um sentido mais abrangente, uma vez que a preocupação do governo com a seca deixou de ser apenas no campo assistencialista, e voltou-se para a adoção de planejamento para a região. Nessa situação, é possível estabelecer diálogo com as ideias de Veblen (Velho Institucionalismo), que reconhece a existência de uma relação entre a instituição e a necessidade que a fez surgir, a qual resulta, quase sempre, numa defasagem das instituições. Esse é um ponto marcante do pensamento do autor a respeito de instituições e no qual se fundamenta uma explicação das tendências conservadoras das sociedades.

Com o fortalecimento do setor elétrico, implantou-se um dos pilares do desenvolvimento nacional, não só com o abastecimento de energia elétrica das cidades, mas também com o acionamento do equipamento fabril, condição essencial para o ingresso do Nordeste brasileiro no estágio da industrialização, já disseminada no Centro-Sul do país desde os anos 1930. Vê-se, pois, que a atuação do Estado encontra-se presente no controle de elementos entendidos como estratégicos para a região.

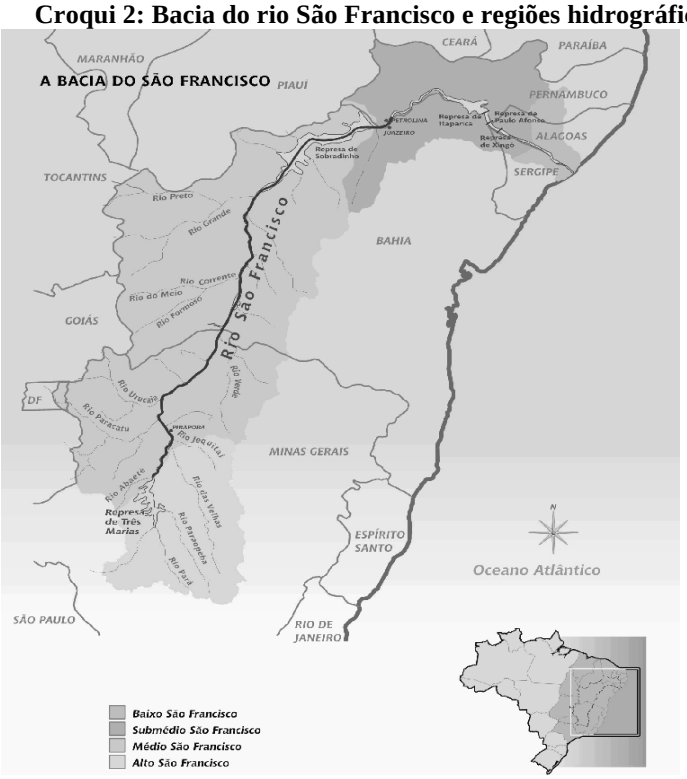
[11] Por "soluções hidráulicas" entende-se o momento em que o modelo de desenvolvimento para o Nordeste viria por meio do armazenamento de água, e, nesse caso, são típicos os agentes institucionais, Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), a princípio, e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), posteriormente, responsáveis pela ação instrumental.

[12] Chesf, 1998, p.151; Leite, 1997, p.95.

Ao tratar de alternativas ou estratégias de desenvolvimento regional, a economia dá a possibilidade de análise, via equações e abstrações da própria ciência. No entanto, segundo autores da Velha Economia Institucional, como Veblen[13], também é possível integrar a economia a outras ciências sociais, numa abordagem multidisciplinar. É nesse sentido que este estudo segue.

Dando continuidade a essa política de ampliação da infraestrutura de geração de energia elétrica para fins econômicos, o governo reconheceu a necessidade de aproveitar as águas acumuladas durante a fase das soluções hidráulicas, bem como a utilização dos recursos hídricos para outros usos[14], ou seja, irrigação, como condição direta do desenvolvimento econômico do semiárido. Assim, naquele momento, tal modelo tinha como base uma política industrial e agrícola, e o uso das águas para geração de energia era visto sob uma perspectiva diferente, como uma possibilidade de frear o acelerado processo de desequilíbrio entre as duas regiões: Nordeste e Sudeste brasileiros.

Croqui 2: Bacia do rio São Francisco e regiões hidrográficas



Fonte: BRASIL, 2004.

Paralelamente à criação da empresa específica do setor elétrico, e inspirada na Tennessee Valley Authority (TVA), após a II Guerra Mundial, nasceria, em 15 de dezembro de 1948, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), concebida para desencadear o Plano de Aproveitamento do Vale do São Francisco (Croqui 2), que preconizava a importância do uso das águas do rio São Francisco para navegação (1952), irrigação (1950) e geração de energia elétrica. Vê-se, portanto, que havia, naquele momento, o controle do espaço por meio de políticas públicas de uso dos

[13] Veblen, 1965.
[14] Os termos "usos múltiplos" e "bacia hidrográfica como unidade de planejamento" foram oficializados mais adiante, com a Lei n.º 9.433/97.

recursos hídricos. Em outras palavras, houve uma construção política em torno da disponibilidade hídrica do semiárido brasileiro.

Para melhor compreensão do que esse arranjo institucional representou décadas depois, a irrigação, sobretudo a privada, passou a comandar o processo de produção agrícola no polo Petrolina-Juazeiro[15] e, de modo geral, tem sido extremamente eficaz no processo de modernização e criação de empregos, constituindo-se, também, num instrumento de crescimento socioeconômico do semiárido nordestino. Os projetos de irrigação podem ser considerados como a "mola mestra" do crescimento econômico do polo[16]. Apesar desse aspecto positivo, mantém-se a tendência de concentração do capital cuja produção é voltada, sobretudo, para exportação.

É pertinente salientar que o planejamento governamental para a região de relativa escassez hídrica seja basicamente fundamentado na disponibilidade de água, ora com a geração de energia hidrelétrica, ora com a agricultura irrigada. Isso revela, a nosso ver, o aproveitamento máximo dos usos das águas.

Apesar das ações de políticas públicas conjugadas, o sertão brasileiro vivenciou grande seca, no período de 1951-53, ocasião que levou o governo a introduzir mudanças, como a criação de outro agente, o Banco do Nordeste, destinado a financiar a infraestrutura da região. Porém, o ano de 1958, em que ocorreu outra grande seca, serviu para constatar que a solução pautada na açudagem, ainda que combinada com ações de agências como o IFOCS (malha rodoviária), a CVSF e a Chesf (energia elétrica farta), não era capaz de resolver o problema da estagnação da região.

Naquele contexto, foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que, seguindo orientação de Celso Furtado, aprofundou as análises em busca dos problemas reais e de soluções que pudessem ser viabilizadas mediante uma nova organização, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no final dos anos 1950. Como apontam Diniz e Crocco[17], a Sudene adotou o modelo influenciado pelo keynesianismo, que, no caso de regiões deprimidas, defendia a necessidade de intervenção externa na economia. Essa era a perspectiva presente, segundo esses autores, nas teorias centro-periferia e da dependência e modelos de causação cumulativa[18].

Era uma organização de planejamento regional,[19] e, sem dúvida, trabalhava conjuntamente com a Chesf, a CVSF e o Banco do Nordeste, posto que as estratégias de crescimento econômico estavam calcadas tanto na industrialização como na implantação de sistemas agrícolas modernos.

Nesse sentido, é possível ir além da mera tentativa de compreensão, não se conformando com uma imagem simplificada e redutora do quadro regional. Para

[15] Municípios do semiárido brasileiro.
[16] Domingues, 1989, p.213.
[17] Diniz e Crocco, 2006.
[18] Kaldor, 1957; Hirschman, 1958; Boudeville, 1968; Perroux, com os polos de crescimento, 1955, apud Diniz e Crocco, 2006, p.11; Myrdal, 1957.
[19] O modelo da Sudene para reduzir desigualdades entre o Nordeste e Sudeste do país foi inspirado no planejamento italiano (*Mezzogiorno*).

Veblen[20], na origem da abordagem institucional, as regras não se materializavam, necessariamente, em ordens executadas, pois, hierarquizadas, misturavam-se, combinavam-se e se reforçavam ou se contradiziam, possibilitando a sobrevivência das instituições, ainda que em desequilíbrio. A Sudene seria, pois, uma forma de assegurar a liderança do governo federal no processo de desenvolvimento e uso de receitas por meio do planejamento regional.Mediante essa organização, deveria ser incentivada a transferência de parte do capital industrial do Sudeste para o Nordeste, via incentivos fiscais, subsídios e garantia de parte da lucratividade, deslocando-se, para essa região, atividades que certamente liderariam o crescimento industrial, de modo a possibilitar o dinamismo econômico na área. Os recursos seriam oriundos do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor)[21] e dos mecanismos de incentivos fiscais, conhecidos como Artigo 34 da Lei n.º 3.995 de 14 de dezembro de 1961 e Artigo 18 da Lei n.º 4.239 de 27 de junho de 1963, que na prática serviram, de fato, ao financiamento da expansão de grandes empresas. Do ponto de vista legal, os benefícios desses incentivos foram estendidos às empresas transnacionais e aos empreendimentos agropecuários.

Com base nessa política de incentivos, houve, sem dúvida, avanço representado pela ruptura com a política de açudagem, embora, mais uma vez, "*não se question[ass]e a existência da grande propriedade, nem tampouco a fragilidade da classe trabalhadora e as relações de produção perversas*"[22]. Com tal postura, as ações do governo assumiram os contornos da ideologia da classe dominante da região. Em sua obra *Teoria da classe ociosa*[23], Veblen vincula instituições a tipos de caráter, ou seja, a tipos humanos, já que as instituições selecionam os tipos humanos que são mais adequados. Dialogando com a teoria, percebe-se, no Nordeste brasileiro, o poder histórico dos coronéis, e hoje o coronel moderno, representado por grupos políticos influentes, mantém o mesmo discurso e domínio sobre a região.

Naquele contexto, o fortalecimento da economia nordestina seria promovido por setores cujos responsáveis eram os empresários e, por outro lado, a eliminação do problema aconteceria no lado mais frágil, o dos trabalhadores, que, historicamente, ficaram à margem de qualquer grande projeto que tenha sido pensado como solução.

Para Andrade[24], não se deve confundir "*os interesses e as aspirações do Nordeste com os interesses e as aspirações da classe dominante, que se beneficia do subdesenvolvimento*". Nesse caso, as organizações que definiram o padrão institucional na região estavam influenciadas pelo jogo de poder entre as oligarquias dominantes dos nordestes (canavieiro-têxtil e algodoeiro-pecuário) e, ainda, do Centro-Sul, marcando presença em todas as etapas do processo: definição de políticas públicas e controle do espaço.

Aprofundando a análise da questão regional, autores, como Oliveira[25], apontam que, dentre os problemas para o Nordeste não se firmar, está a própria política de não-

[20] Veblen, 1965.
[21] Os recursos do Finor, principal fonte de financiamento da indústria do Nordeste, foram, em sua maioria, destinados às áreas metropolitanas (cerca de 63%, em 1980), embora cidades de porte médio também tenham participado dessa fatia, em menor proporção.
[22] Gomes, 1995, p.74.
[23] Veblen, 1965, p.178-179.
[24] Andrade, 1983, p.23.
[25] Oliveira, 2006, p.55.

incentivo à implantação de indústrias de bens de capital, e mostra como exemplo a implantação da aeronáutica na Barreira do Inferno, no Rio Grande do Norte. Segundo Oliveira, naquele momento, o Estado poderia ter induzido uma parte da indústria aeronáutica a fixar-se no Nordeste. Postura diferente foi tomada pelo próprio Estado na implantação de Embraer em São José dos Campos, São Paulo, consolidando hoje as vantagens desse espaço.

Embora concordemos com esse autor, quando se refere a uma escala maior, a regional, isso não pode ser visto como regra, uma vez que, em cidades como Petrolina e Juazeiro (Submédio São Francisco), o estímulo dado por agentes institucionais às atividades industriais, sem dúvida, contribuiu para o crescimento urbano desse polo.

Durante as décadas de 1970 e 1980, tais espaços receberam considerável aporte de capital, com incentivos e liberações da Sudene, por meio do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor Alimentos e Finor Irrigação). A concentração das indústrias nessas áreas voltava-se ao processamento de produtos de origem agrícola, a exemplo da Cica e da Etti. Posteriormente, surgiram projetos fabris destinados à produção de implementos agrícolas e equipamentos para irrigação, o que levou ao surgimento de grupos interessados na fruticultura, produção de uvas e ao surgimento de indústrias de vinhos.

Entretanto, acontecimentos na década seguinte, como a abertura comercial, incidência de pragas e contexto favorável para a comercialização no mercado internacional, conduziram ao redirecionamento das políticas. Desse modo, naquele momento, a agroindústria apresentava-se como fator de impulso para o dinamismo econômico, mas hoje, com a predominância da guerra fiscal, "guerra dos lugares",[26] municípios perdem empresas para outras unidades da Federação que garantem maiores vantagens. Dessa política institucional falaremos mais adiante.

Considera-se, assim, que a estrutura de apropriação cria um território pela projeção de interesses, e, no caso específico (Petrolina), um grupo político forte – à frente de articulações e negociações –, empenhado em fazer crescer a cidade, beneficiando-se, obviamente, desse crescimento, uma vez que eram os maiores latifundiários e empresários da região. Nesse sentido, retoma-se o conceito de território, tal como definido por Raffestin[27]:

"Espaço e território não são termos equivalentes... o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado da ação conduzida por um ator em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente o ator territorializa o espaço."

Além desses pontos, no que se refere à fruticultura, é notável a ação da organização pública Embrapa Semiárido, que apóia com pesquisas de melhoria genética e de produtividade dos cultivares a região no polo Petrolina-Juazeiro. Somando-se a isso, está a vitivinicultura, com políticas governamentais como o Programa do Vinho, que eleva a produção de uvas viníferas no Vale do Rio São Francisco, a partir dos incentivos para implantação de várias vinícolas nos municípios de Petrolina, Lagoa Grande e Santa

[26] Milton Santos (2004, p.112-116), analisando o Brasil, aponta que hoje a criação de valor do lugar está condicionada às técnicas e densidades normativas. Aponta ainda não ser esse valor duradouro, pois, quando envelhece, requer a criação de novos atrativos. Essa é a situação de Petrolina e Juazeiro, ao perderem indústrias para outros espaços.

[27] Raffestin, 1993, p.143.

Maria da Boa Vista. Destacamos também a presença da Valexport, da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), do Instituto do Vinho do Vale e de um centro tecnológico da uva e vinho, implantado em 2006. Todas essas organizações estão pautadas por instituições formais[28], mantendo o controle do espaço para um grupo reduzido.

Nesse território, tal como definido por Raffestin[29], as diretrizes institucionais operacionalizadas por ações de agentes institucionais, como a Chesf, Sudene, Codevasf e Embrapa, estabelecem os usos predominantes e vêm condicionando a própria organização desse território. Conclui-se que, nesse polo, as instituições favorecem as ações de organizações públicas e privadas, beneficiando os setores de fruticultura e vitivinicultura.

É pertinente lembrar que o arranjo institucional descrito seguia o modelo Keynesiano, quando o Estado do Bem-estar Social assumia o papel de planejador e empresário, comandando a economia e mantendo o controle do espaço. Com a crise da economia mundial dos anos de 1970-80, o modelo mostrou sinais claros de que não atendia às novas necessidades. A década de 1990 tornou-se um marco, e, como resultado, o Estado abandonou sua trajetória histórica de responsabilizar-se por investir em setores estratégicos, presumindo poder transferir a responsabilidade dos investimentos para empresas privadas. O neoliberalismo surgiu como solução para a crise do capital, e previa, dentre outros aspectos, o afastamento do Estado como agente econômico direto, devido a sua incapacidade de prover recursos para os investimentos necessários. Ganhou força a ideia de privatização das empresas estatais, fragmentação no interior da classe operária e precarização do trabalho.

Para melhor compreensão desse novo arranjo institucional, tem-se que na crise da economia mundial o capital se reinventou e com isso desencadeou o processo de globalização, de abertura da economia mundial, precarização e terceirização do trabalho. Ganhou importância a proposta de descentralização do poder de decisão do Estado, enfatizada pela restrição deste para gerir sua política macroeconômica. Observa-se como o poder transformador do capital atinge dimensões globais. O novo arranjo institucional propôs a descentralização do poder de decisão, abrindo espaço para organizações não governamentais.

Assim, dentre as mudanças propiciadas pelo diálogo entre a geografia e a perspectiva institucional no entendimento do controle do espaço, salienta-se o reconhecimento do papel do território como componente de um processo de construção de recursos específicos, que implica interações entre agentes de controle do espaço e seu ambiente institucional.

Nova economia institucional e a geografia econômica

Do ponto de vista teórico, nos anos de 1930 do século XX, o velho institucionalismo perdeu espaço, e a partir da década de 1970 houve seu retorno, que coincide com o processo de reestruturação produtiva, enfim, a globalização. Na década de 1990, um conjunto de conceitos e métodos de análises econômicas encaixou-se como peças em um quebra-cabeça, para compor o que foi chamado de nova economia institucional.

[28] Pernambuco Competitivo, 2009
[29] Raffestin, 1993.

Dentre os maiores destaques teóricos dessa escola, podem ser citados North, Coase, Gary Becker, James M. Buchanan e Oliver Williamson. Neste trabalho, apenas alguns autores, como North, Coase e Williamson, serão explorados com mais detalhes.

Nova Economia Institucional (NEI) é um termo impresso por Williamson, em 1975, embora tenha aparecido no artigo *The nature of the firm*, de Ronald Coase, em 1937. Essa nova abordagem institucional adota conceitos que não foram contemplados pela tradicional Teoria Microeconômica Neoclássica, tais como instituições, direitos de propriedade, custos de transação e *performance* econômica, para explicar aspectos econômicos sob o enfoque neoclássico[30].

As instituições, tidas como instrumentos econômicos e políticos de ação coletiva, teriam como finalidade o alcance dos propósitos fundamentais da sociedade moderna. Cabe destacar como importante subsídio científico a contribuição oferecida pelo economista norte-americano Douglas C. North no livro *Institutions, institutional change and economic performance*[31]. Em seu trabalho, ele critica a economia neoclássica por sua falha em reconhecer a importância das limitações institucionais no processo de tomada de decisão econômica e sua incapacidade de explicar a permanência de diversas instituições econômicas pelo mundo.

North foi um dos primeiros a relacionar instituições ao desempenho econômico das nações,[32] e começou a esboçar um novo programa de investigação, que se apoiaria, cada vez mais, em argumentos institucionais, para explicar os complexos problemas do crescimento econômico em perspectiva histórica. A NEI considera o indivíduo como ponto de partida da mudança, mas se diferencia, ao dar grande importância às instituições. Em termos conceituais, North[33] define instituições como um conjunto de regras e normas de comportamentos morais e éticos, e o tempo e o processo de aprendizagem como segunda e terceira categoria de análise.

Reiterando tal raciocínio, North[34] aponta dois conceitos: instituições e *performance* econômica. As instituições, tidas como instrumentos econômicos e políticos de ação coletiva, teriam como finalidade o alcance dos propósitos fundamentais da sociedade moderna. Suas definições são fluidas, mas a relação entre elas é capaz de levar a sua compreensão. Por exemplo, instituições determinam a *performance* econômica e a *performance* econômica determina as instituições. Esse processo acontece no seio da sociedade, e na geografia diríamos que elas se encontram, se justapõem e se influenciam, numa relação espaço-temporal.

Ampliando o conceito de instituição econômica, North[35] aponta a existência de normas implícitas e explícitas. Isso é o que ele chama de regras formais e informais. A última torna-se relevante, uma vez que são consideradas como informações passadas de

[30] Barcelos, 2003, p.4.
[31] North, 1990.
[32] North procurou responder a duas questões: a primeira diz respeito aos motivos que levam países a ter trajetórias de crescimento tão divergentes; a segunda refere-se à insistência de caminhos desastrosos de crescimento em alguns países. O autor vinculou a resposta a essas duas questões ao binômio crescimento econômico e instituições de cada país (apud Passanezi, 2002, p.16-17).
[33] North, 1993.
[34] North, 1990.
[35] North, 1990.

geração em geração, constituindo parte da cultura de um grupo. Por outro lado, as instituições informais influenciam as instituições formais, como, por exemplo, a transformação de um costume nacional em lei. Em outras palavras, elas misturam-se, combinam-se e se contradizem, existe dinamismo, é um processo que se materializa no espaço.

As instituições são passíveis de mudanças, as quais ocorrem de forma diferente. As instituições formais mudam em menor espaço de tempo e precisam da ação coerciva do Estado para ser observadas, enquanto as instituições informais não necessitam de ação coerciva do Estado, pois dependem das crenças de seus seguidores – a sociedade.

As crenças não mudam em espaços de tempo curtos, ao contrário, demoram para se consolidar. Enfim, as instituições (formais e informais) têm papel de restringir o processo de decisão de cada agente[36]. Elas definem os chamados direitos de propriedade, os quais são direitos que proprietários têm sobre um recurso, e que são assegurados pelo Estado em três sentidos: definir – legislativo; interpretar – poder judiciário; e obrigar (*enforcement*) – polícia. O fato de esses direitos não serem assegurados gera custos de transação e instabilidade.

A perspectiva institucional na geografia é evidenciada por Martin[37] quando distingue os conceitos de ambiente institucional e arranjo institucional. O conceito de ambiente institucional, compreendido como sistema formal e informal de normas e convenções, atua como suporte para o aproveitamento de recursos específicos no território, permitindo evidenciar mecanismos de coordenação horizontal para os diferentes setores.

A noção de arranjo institucional, por sua vez, denota uma forma particular de organização, como as agências reguladoras, as companhias de desenvolvimento regional, os consórcios municipais etc., que apoiam a formação de um território. O interesse por esses conceitos reside no entendimento de como as organizações econômicas, políticas e sociais surgem, funcionam, evoluem e criam arranjos influenciados pelo ambiente institucional. Torna-se clara a grande influência dos trabalhos de North e Williamson na abordagem institucional da geografia.

North estende sua análise às organizações, que, assim como as instituições, proveem estrutura para interação humana, mas com elas não se confundem. Segundo ele,

> [...] as organizações se compõem de grupos de indivíduos unidos por um propósito comum. As organizações são políticas (partidos políticos, congressos, agências reguladoras), econômicas (empresas, sindicatos, cooperativas), sociais (igrejas, clubes, associações) e educativas (escolas, universidades)[38].

Partindo dessa concepção, North distingue instituições e organizações: as primeiras como as regras do jogo; e as últimas como os jogadores. Posteriormente, ele afirma que as instituições determinam as organizações e vice-versa[39] . Em outras palavras, quando ocorrem alterações, é gerada, temporariamente, uma situação de desequilíbrio, que leva os agentes a repensar novas organizações e instituições que estejam adaptadas à situação presente. As organizações políticas ou econômicas competem para transformar as instituições da maneira que mais atenda a seus interesses. Isso quer dizer que as

[36] Alston, 1999 apud Barcelos, 2003, p.6.
[37] Martin, 2000, p.79.
[38] North,1993, p.7-8.
[39] North, 1992, p.13-24.

organizações buscam manter o *status quo* que lhes interessa ou o modificam, quando o sistema de regras não lhes permite resolver seus conflitos ou realizar seus objetivos.

Tentando estabelecer o diálogo entre a realidade e a teoria, temos o caso do Brasil dos anos 80, que experimentou profundas mudanças de ordem econômica e de ordem política, com o processo de democratização. No primeiro aspecto, houve uma paralisia na economia brasileira, e questionava-se até que ponto o Estado, vivenciando uma grave crise, poderia assumir papel de promotor de mudanças capazes de dinamizar a economia. Naquele contexto, estava inserido o setor elétrico, com dificuldades para implantação de novos empreendimentos e manutenção das usinas hidrelétricas. Então, como apontam Busato e Pinto[40], havia necessidade de mudanças institucionais capazes de criar estratégias para o capital, configurando uma nova geografia econômica nacional.

Os impactos na economia mundial e elementos como a abertura de mercado, a mudança de paradigma tecnológico, flexibilidade do mercado de trabalho e a mudança acentuada no papel do Estado à frente de atividades econômicas tiveram papel fundamental na gestão macroeconômica, sobretudo, em países como o Brasil.

Esses ajustes neoliberais levaram o governo Fernando Henrique Cardoso (anos de 1990) a ancorar a política econômica em três linhas. A primeira pautava-se na manutenção de uma taxa de câmbio quase fixa e altíssimas taxas de juros, inclusive superiores às do mercado financeiro internacional. A segunda linha tinha como enfoque a atração de capitais estrangeiros, que se convertiam em capitais especulativos. A última voltava-se para a privatização de empresas estatais. Dentre elas, estava a quebra do monopólio do petróleo, das telecomunicações, de mineradoras como a Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Do ponto de vista da dinâmica regional, houve o abandono de políticas de planejamento e instrumentos de coordenação, a partir do esvaziamento e extinção, em 2001, de agências federais de desenvolvimento regionais, dentre elas, a Sudene.

Reiterando a questão, a adoção do modelo neoliberal por países periféricos trouxe problemas, como a ausência desse Estado como agente central no planejamento regional do país. No caso específico do Brasil, houve fragmentação das unidades federativas e uma corrida para se inserir, por si só, no capitalismo global. Havia articulação com os órgãos de planejamento regional, entretanto, com o fim dessa ação, verificou-se, segundo Dulci[41], aumento das desigualdades regionais entre estados e regiões, em vista da falta de coordenação entre a União e seus entes federados, materializada na "guerra fiscal". Em outras palavras, tal política fragilizou a articulação inter-regional, criando um vácuo de poder, preenchido pela ação desorganizada dos grupos regionais. Esse esvaziamento das ações da União gerou instabilidades e, consequentemente, custos de transações.

Se não há instituições fortes que assegurem direitos de propriedade, e, nesse caso, investimentos em políticas públicas capazes de facilitar a articulação inter-regional, os agentes tentarão fazer contratos que salvaguardem a troca, imprimindo custos para quem viola o contrato, de modo a não incentivar o comportamento oportunista. Se

[40] Busato e Pinto, 2005, p.2.
[41] Dulci, 2002, p.3-4.

contratos seguros não são possíveis, as trocas ocorrem com menor frequência. Há possibilidade de que não ocorram. Quando não ocorre a troca, há custo para ambas as partes, pois poderiam realizar a troca e sair beneficiadas. Novamente, argumenta North[42] que a imperfeição do mercado político está na base da constituição de instituições econômicas ineficientes. Defende, ainda, que os custos de transação também são altos na política, dificultando o funcionamento adequado do sistema.

Esse fato está ligado à necessidade de concessões, incentivos e subsídios dados pelo Estado para atrair o grande capital. Segundo Santos e Silveira[43], o discurso é permeado de desenvolvimento, devido à criação de empregos diretos e indiretos. Entretanto, vê-se que, além da queda de receitas municipais e estaduais, o Estado tem de arcar com a implantação de infraestrutura em vários setores, para garantir a instalação. Então, como consequência, tem-se a falência dos cofres municipais e estaduais, uma vez que prometem muito, e não obtêm retorno por meio de impostos.

Adentrando a análise, segundo Cano[44], essa foi uma das causas da falência de muitas prefeituras do interior do estado de São Paulo. Complementando a ideia, Cardozo[45] acrescenta que a guerra fiscal no Brasil provoca deslocalizações dentro do território nacional, e os instrumentos de política utilizados pelas unidades da federação são direcionados para as empresas, não para o território, elevando as fragilidades das localidades.

Para alguns autores, no caso dos países periféricos, não se sabe até que ponto isso é positivo, pois a política da guerra fiscal gera uma equação na qual as empresas ganham e os cofres públicos trabalham no déficit.

Outro aspecto contraditório a ser considerado é que, se a atual estratégia do capital é calcada no modelo neoliberal, o qual proclama um Estado menos atuante em termos de incentivos fiscais e financeiros, então, como se explica a atual política de atração de empresas mediante a concessão de benefícios? É bem verdade que, antes da decisão por se instalar em tal território, há uma análise da viabilidade econômica, e quando essa decisão é tomada, as empresas recorrem às vantagens que o Estado pode oferecer.

A partir da realidade brasileira, podemos aprofundar a análise sob outra perspectiva, tomando como exemplo a região Sudeste e Nordeste. As indústrias mais especializadas no uso de tecnologia permanecem na região Sudeste, mesmo com os custos de produção mais elevados. Enquanto isso, aquelas que usam menor tecnologia aproveitam os incentivos governamentais da região Nordeste, em busca de custo menor de produção, como matéria-prima e disponibilidade mão de obra. Tudo isso é a “guerra dos lugares”, segundo Milton Santos[46], ou guerra fiscal entre as unidades federativas, que leva a um ambiente nacional mais desigual e segregado, segundo Busato e Pinto[47].

[42] North, 1990, p.109.
[43] Santos e Silveira, 2004, p.112.
[44] Cano, 1988 apud Lencioni,1994, p.129-131.
[45] Cardozo, 2001, p.7.
[46] Santos, 1999.
[47] Busato e Pinto, 2005, p.19.

Dialogando com a teoria, temos como exemplo o poder da política de guerra fiscal no Complexo Industrial e Portuário de Suape, no Estado de Pernambuco. É perfeitamente possível proceder tal análise com base em conceitos da abordagem institucionalista.

Nas últimas décadas, a economia do estado de Pernambuco tem se destacado no nível regional e nacional, devido ao forte crescimento econômico impulsionado pela economia do Complexo Industrial Portuário de Suape, localizado na região metropolitana de Recife, capital do estado. Por trás desse dinamismo econômico, está o planejamento traçado pelo Estado ao longo anos de 1970, com a decisão de construir um grande Porto – Suape –, tornando a área, décadas depois, um polo atrativo para implantação de empresas de grande e médio porte, em busca de incentivos fiscais dos governos federal e estadual. Isso é resultado da institucionalidade das políticas públicas. Em outras palavras, o território passa a ser organizado e usado com a lógica exclusiva da produção.

Para isso, está posto um novo arranjo institucional no estado, com o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (PRODEPE). Criado em 1995 e reformulado em 1999, oferece vantagens para empresas com interesse em se instalar ou se expandir no estado. Os incentivos têm prazos que variam de oito a 12 anos para projetos industriais com maiores conexões externas. É a guerra fiscal.

Como apontam Lima, Sicsú e Padilha[48], entre os investimentos de maior dimensão previstos para se alojar em Suape, encontram-se uma refinaria de petróleo, um estaleiro de grande porte, um polo de poliéster, uma usina de regaseificação de gás natural e um terminal de granéis sólidos, estando os três primeiros em estágio mais avançado de instalação. Esses investimentos poderão atrair para o estado outros projetos complementares. Segundo dados oficiais, eram 102 empresas privadas operando em 2013, com subsídios e incentivos do governo, e outras 40 em processo de implantação.

Acompanhando essa ação, está a dinâmica populacional, a questão dos deslocamentos populacionais, impulsionados pelas transformações do mercado de trabalho no território de Suape, e a sobrecarga na área urbana em torno do atendimento à demanda. Nesse processo de reordenamento, não existe um comércio diversificado e uma extensa rede de serviços voltada ao atendimento. Pesquisas indicam que a economia cresce e beneficia uma minoria que detém o controle econômico, enquanto a população local, pobre, beneficia-se das migalhas desse processo. O novo ordenamento territorial está repleto de complexidades e incertezas.

Está aqui um desafio. Se existe a evidência de mau funcionamento do sistema posto, North[49] diz que é preciso ampliar o modelo de Estado para encontrar a causa de arranjos institucionais ineficientes e de sua persistência, bem como o porquê da insistência em caminhos desastrosos de crescimento em alguns países. O autor vai além, defende ainda que um arranjo eficiente depende, em última análise, da dinâmica política e cultural de uma sociedade. Por outro lado, como criar uma janela de oportunidade, quando as questões estão além da fronteira nacional?

[48] Lima, Sicsú e Padilha, 2007, p.532.
[49] North, 1990, p.140.

A correção dessa ineficiência envolve mudanças institucionais que alteram os benefícios de agentes. Isso remete novamente a North[50], que introduz o conceito de "eficiência adaptativa". Esse conceito diz que as instituições serão mais eficientes quanto maior for seu poder de adaptar-se a mudanças institucionais. Isso ocorre da seguinte maneira: os agentes econômicos, ou seja, o governo ou a população local percebem que a política é ineficiente, então, propõem-se estratégias alternativas. Se essa atitude alterar os benefícios de um grupo privilegiado, e se este tiver poder de veto, nada é mudado, o sistema mantém-se inalterado, sem eficiência. Contudo, se o grupo que perde os benefícios não tiver poder de vetar as mudanças, a sociedade passa a adotar uma política mais eficiente e justa. A unidade entre os estados é essencial.

Vê-se, pois, que o Estado, nesse caso, cria instituições que favorecem o setor privado e promove investimentos em infraestrutura que atendam às demandas dos grupos econômicos fortes. As mudanças são evidentes no controle do espaço. Entretanto, para a maioria da população local, os números indicam que não houve melhoria efetiva na qualidade de vida. Não se trata, conforme aponta Storper[51], de uma equação de fácil resolução, uma vez que estar próximo geograficamente não significa que há proximidade relacional. A proximidade relacional se forma pelas relações construídas segundo as lógicas de semelhança e de pertencimento dentro do complexo produtivo.

Entendemos que esse novo arranjo institucional oriundo do planejamento estratégico do governo do Estado, por meio da criação de programas de investimentos para atrair empresas, apoiados em instituições formais, constitui nova forma de ação institucional e é capaz de explicar o processo do poder da gestão do Estado em parceria com o setor privado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

É possível observar uma aproximação entre o padrão institucional e o controle do espaço no reordenamento territorial, a partir da realidade brasileira. Com base na análise do planejamento regional do Brasil para a região Nordeste, é possível perceber que o padrão institucional e o controle do espaço caminham juntos, e podem ser um recurso para entender o peso e a importância das ações de instituições e organizações em determinado território.

No primeiro momento, o do planejamento regional, existiu uma parceria entre os donos do poder econômico, ou seja, a oligarquia dos coronéis, e o Estado. No segundo momento, com o neoliberalismo, a parceria continua entre o Estado, com ações pautadas em instituições formais, e empresários nacionais e internacionais, que detêm o poder econômico. Em qualquer uma dessas situações, é definido o uso e o controle do espaço, e, certamente, tal decisão não é voltada para a grande maioria da população local, quando os exemplos mostram que não existe, normalmente, um processo de inclusão social.

Essa percepção ocorre ao se concentrar a atenção na adoção de estratégias, normas e procedimentos que conferem força política e econômica a determinadas organizações.

[50] North, 1990.
[51] Storper,1997.

Vê-se, portanto, uma equação possível entre instituições e a geografia no processo de entendimento do espaço e das forças ali atuantes.

Assim, conclui-se que é pertinente considerar a inclusão da abordagem institucionalista nos estudos geográficos, como alternativa para o entendimento do processo de construção e configuração do Estado no controle do espaço.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. *A seca: realidade e mito*. Recife: Asa Branca, 1983. 81p.

BARCELOS, Raphael Magalhães. *A Nova Economia Institucional: Teoria e Aplicações*. Brasília, DF: UnB/IH/ECO, 2003.

BUSATO, Maria Isabel e PINTO, Eduardo Costa. *A nova geografia econômica: uma perspectiva regulacionista*. I Encontro de economia baiana – Salvador, Bahia. Set./2005. 22 p.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Relatório de impactos ambientais*.

Brasília: EIA/Rima, 2000. 130p. Disponível em: <www.integracao.gov.br>. Acesso em: 01 mar. 2006.

BRASIL. *Lei n.º 3.995*, de 14 de dezembro de 1961. Primeiro Plano Diretor da Sudene. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3995-14-dezembro-1961-376756-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 5 fev. 2012.

BRASIL. *Lei n.º 4.239*, de 27 de junho de 1963. Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4239.htm>. Acesso em: 10 fev. 2003.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Novos limites*. Brasília, 2004.

CARDOZO, Soraia A. Guerra fiscal e desconcentração regional da atividade industrial: uma análise do estado do Paraná. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Maio, 2011. *Anais do...* Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 20p.

CHESF. *Centro de Memória da Eletricidade no Brasil – 50 anos*: 1948-1998. Recife, 1998, 136p.

DINIZ, Clélio Campolina e CROCCO, Marco A. Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil. Uma breve reflexão. In *Economia regional e urbana. Contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.9-31.

DOMINGUES, Rita. A. *Aspectos institucionais da gestão dos recursos hídricos: o caso do Submédio São Francisco.* 2006. 191p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DOMINGUES, Rita. A. *Petrolina: crescimento urbano & intervenção do Estado*. 1989. 233f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

DULCI, Otávio Soares. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 2002, n. 18, jun. 2002. 16p. ISSN 0104-4478. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782002000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 fev. 2014

GOMES, A. M. *Imaginário social da seca, suas implicações para mudança social*. Recife: FUNDAJ, 1995. 226p. (Estudos e pesquisa, 99).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Macrorregiões geoeconômicas*. Brasília, 1967. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: fev. 2014.

KALMANOVITZ, S. El neoinstitucionalismo como escuela. *Revista de Economía Institucional*, Colombia, 2003, vol.5, n.º 9, p.189-215.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 83-98.

LEITE, A. D. *A produção de energia do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 528p.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.;

LIMA, J. Policarpo R.; SICSÚ, Abraham B. e PADILHA, M. F. F. G. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, out-dez. 2007, v. 38, n.º 4, p.525-541. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1062>. Acesso em: 10 fev. 1012.

MARTIN, R. *Institutional approaches in economic geography*. A companion to economic geography. London: BlackWell Publishers, 2000. p.77-94.

NORTH, D. C. Desempeño económico enel transcurso de losaños. Conferencia de North en Estocolmo, Suecia, el 09 diciembre, al recibirel Premio Nobel de Ciencias Económicas. 1993. 26p. Disponível em: <http://www.eumed.net>. Acesso em: 03 maio 2004.

NORTH, D. C. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. São Paulo: Instituto Liberal, 1992. 38p.

NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University Press, 1990. 152 p.

OLIVEIRA, Francisco. As contradições do ão: globalização, nação, região, metropolização. In: DINIZ, Clélio Campolina, e CROCCO, Marco. (orgs.). *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.38-61.

PASSANEZI, P. M. S. *A evolução das instituições segundo Douglas North*. 2002. 210f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

PERNAMBUCO COMPETITIVO. *Saber olhar para saber fazer*. Instituto de Tecnologia e Gestão. Recife: INTG, 2009. 308p.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

SANTOS, Milton. Uma reorganização produtiva do território. In O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ago./dez. 1999, ano 13, n.2, p.15-26.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). *Seade*, São Paulo, 1988, vol. 1, n.° 1.

SILVEIRA, M. L. e SANTOS, Milton. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 473p. p.105-142.

SILVEIRA, M. L. e SANTOS, Milton (Orgs). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec – ANPUR, 1994. p.198-210.

STORPER, Michael. *The regional world: territorial development in a global economy*. Nova Iorque: The Guilford Press, 1997.

VASCONCELOS, Regina e ALVES, Ailton P. Filho. *Atlas Geográfico ilustrado e comentado*. São Paulo: FTD, 1999.

VEBLEN, T. Sobre la naturaleza del capital. *Revista de Economía Institucional*, Colombia, 2000, n.2, p.197-216.

VEBLEN, T. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Pioneira, 1965.

WILLIAMSON, O. E. *Transactions cost economics and organization theory*. Berkeley: University of Califórnia, 1993.58p.